

Livramento Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Livramento Holding S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais da Livramento Holding S.A. ("Companhia"), individual e consolidado, em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Florianópolis, 13 de setembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Livramento Holding S.A.

Balancos patrimoniais findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017			30.06.2018	31.12.2017		
Caixa e equivalentes de caixa	5	372	474	2 167	4 319	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	4 041	3 904
Contas a receber	6	-	-	1 373	1 809	Contas a pagar de fornecedores	12	105	131	1 305	7 233
Impostos a recuperar		4	2	1 081	2 898	Obrigações fiscais		3	7	227	2 923
Despesas pagas antecipadamente		27	9	27	1	Obrigações trabalhistas		81	96	81	96
Partes relacionadas		191	-	15	-	Provisões passivas	15	-	-	457	457
Outras contas a receber		10	-	116	61	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	894	894
						Partes relacionadas	8	693	644	1 844	644
						Adiantamento de clientes		-	-	16	16
Total do ativo circulante		604	485	4 779	9 088	Outras contas a pagar		100	99	329	324
								982	977	9 194	16 491
Impostos a recuperar		76	76	76	76	Total do passivo circulante					
Depósitos judiciais		-	-	18	18						
Fundos vinculados	7	-	-	3 107	3 028	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	36 475	38 155
Outras contas a receber		-	-	-	40	Partes relacionadas - Mútuos Financeiros	8	-	-	4 000	-
Partes relacionadas	8	155	320	121	-	Provisão para perdas sobre investimento	9.b	70 581	70 321	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.c	51 349	51 349	-	-	Ações preferenciais resgatáveis	13	109 000	109 000	109 000	109 000
Investimento em controladas	9.b	58 704	60 246	-	-	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	67 546	67 546
Imobilizado	10	86	101	148 525	151 221			179 581	179 321	217 021	214 701
Total do ativo não circulante		110 370	112 092	151 847	154 383	Total do passivo não circulante					
						Patrimônio líquido negativo	16				
						Capital social		383 453	383 453	383 453	383 453
						Prejuízo acumulado		(453 042)	(451 174)	(453 042)	(451 174)
						Total do patrimônio líquido negativo		(69 589)	(67 721)	(69 589)	(67 721)
Total do ativo		110 974	112 577	156 626	163 471	Total do passivo e do patrimônio líquido		110 974	112 577	156 626	163 471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01.04.2018 a 30.06.2018	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2018 a 30.06.2018	01.01.2017 a 30.06.2017	01.04.2018 a 30.06.2018	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2018 a 30.06.2018	01.01.2017 a 30.06.2017
Operações continuadas								
Receita operacional líquida	17	-	-	-	3 316	5 390	6 738	7 352
Custo de operação	18	155	-	372	(2 829)	(3 922)	(5 712)	(6 722)
Resultado bruto		-	-	372	-	-	1 026	630
Despesas operacionais								
Pessoal e administradores		45	-	-	45	(190)	-	(440)
Material		-	(2)	-	-	(1)	-	(2)
Serviços de terceiros	19	(174)	3	(383)	(44)	(149)	(428)	(517)
Arrendamentos e aluguéis		-	-	-	-	(16)	-	(25)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(1 008)	26 769	(1 542)	26 242	-	-	-
Provisão para perda investimentos	9	(122)	20 325	(261)	19 764	-	-	-
Depreciação	10	-	(6)	(15)	(12)	(6)	(15)	(12)
Impairment		-	-	-	-	27 769	-	27 769
Outras receitas/despesas operacionais		-	-	(30)	-	(33)	658	(34)
Outros		(26)	-	-	(27)	-	37	-
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(1 130)	47 089	(1 859)	45 992	461	28 842	1 278
Receitas financeiras		4	4	11	4	49	75	115
Despesas financeiras		(10)	(35)	(20)	(41)	(1 524)	(1 931)	(3 000)
	20	(6)	(31)	(9)	(37)	(1 475)	(2 885)	(925)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(1 136)	47 058	(1 868)	45 955	(1 014)	26 986	(1 607)
Imposto de renda e Contribuição Social correntes		-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	(253)	(253)
Resultado líquido das operações continuadas		(1 136)	47 058	(1 868)	45 955	(1 014)	26 733	(1 607)
Operações descontinuadas								
Resultado líquido das operações descontinuadas	24	-	-	-	-	(122)	20 325	(261)
Resultado do período		(1 136)	47 058	(1 868)	45 955	(1 136)	47 058	(1 868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado			
	01.04.2018 a 30.06.2018	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2018 a 30.06.2018	01.01.2017 a 30.06.2017
Resultado do período	<u>(1 136)</u>	<u>47 058</u>	<u>(1 868)</u>	<u>45 955</u>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u>(1 136)</u>	<u>47 058</u>	<u>(1 868)</u>	<u>45 955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>131 959</u>	<u>(479 363)</u>	<u>(347 404)</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>45 955</u>	<u>45 955</u>
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>131 959</u>	<u>(433 408)</u>	<u>(301 449)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>383 453</u>	<u>(451 174)</u>	<u>(67 721)</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>(1 868)</u>	<u>(1 868)</u>
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>383 453</u>	<u>(453 042)</u>	<u>(69 589)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Fluxo de caixa proveniente das operações					
Resultado do período		(1 868)	45 955	(1 868)	46 208
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Custo de captação do empréstimo	11	-	-	14	14
Depreciação	10	15	12	3 250	4 003
Encargos s/ empréstimo	11	-	-	1 903	2 028
Provisão para perda	9	259	(19 764)	-	-
Impairment	10	-	-	-	(27 769)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado		-	-	-	(10 530)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	-	1 659
Bônus Contratual O&M		-	-	39	-
Estorno lastro regulatório	24	-	-	-	(9 239)
Resultado de equivalência patrimonial	9	1 797	(26 242)	-	-
		203	(39)	3 338	6 374
Redução (aumento) nos ativos:					
Impostos a recuperar		(1)	-	1 817	960
Contas a receber		-	-	436	24
Despesas pagas antecipadamente		(27)	-	(26)	105
Outras contas a receber		-	-	(53)	(15)
		(28)	-	2 174	1 074
Aumento (redução) nos passivos:					
Contas a pagar a fornecedores		(26)	120	(5 058)	(2 325)
Obrigações fiscais		(4)	1	(2 696)	(225)
Obrigações trabalhistas		(15)	(5)	(15)	(5)
Outras contas a pagar		1	-	5	-
Adiantamento a cliente		-	-	-	8
		(44)	116	(7 764)	(3 013)
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais					
		131	77	(2 252)	4 435
Juros pagos					
	11	-	-	(1 766)	(1 789)
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais					
		131	77	(4 018)	2 646
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos					
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) em controladas		-	(2 573)	-	-
Investimentos em controladas		(255)	-	-	-
Adições ao ativo imobilizado	10	-	-	(554)	(2 000)
Baixas do ativo imobilizado	10	-	-	-	-
		(255)	(2 573)	(554)	(2 000)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento					
		(255)	(2 573)	(554)	(2 000)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento					
Pagamento empréstimos - Principal	11	-	-	(1 694)	(1 678)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	2 439	-	2 439
Operações com partes relacionadas		22	422	4 194	323
Fundos vinculados		-	-	(80)	(550)
		22	2 861	2 420	534
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento					
		22	2 861	2 420	534
Aumento ou redução no caixa e equivalentes					
		(102)	365	(2 152)	1 180
Caixa e equivalentes de caixa no início do período					
		474	75	4 319	748
Caixa e equivalentes de caixa no final do período					
		372	440	2 167	1 928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Livramento Holding S.A. (“Companhia”) foi criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Rio Bravo Energia I Fundo de Investimentos em Participações, atualmente denominada como Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, formando, assim, o Complexo Eólico de Livramento.

As centrais geradoras eólicas que fazem parte do Complexo Eólico Livramento são: a EOL Cerro Chato IV, a EOL Cerro Chato V, a EOL Cerro Chato VI, a EOL Cerro dos Trindade e a EOL Ibirapuitã.

Ao todo, o Complexo Eólico Livramento tem 79,2 MW¹ médios de potência instalada, e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW¹ médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), a partir de março de 2014.

Também foram comercializados 28,2 MW¹ médios no Ambiente de Contratação Livre para entrega de energia a partir do ano de 2013.

Conforme exigido pelo Leilão, 5 (cinco) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) foram constituídas pelos sócios para estabelecerem-se como Produtoras Independentes de Energia Elétrica (PIEE), mediante a implantação e a exploração de cada uma das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento. As sociedades constituídas para serem titulares dos direitos de exploração das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento são a EOL Cerro Chato IV S.A., a EOL Cerro Chato V S.A., a EOL Cerro Chato VI S.A., a EOL Cerro dos Trindade S.A. e a EOL Ibirapuitã S.A.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as controladas diretas são:

	Percentual de participação %
Eólica Cerro Chato IV S.A.	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	100

Falência da Wind Power Energia -WPE e sinistro ocorrido no parque eólico

As atividades da Companhia iniciaram em dezembro de 2011, quando foram feitos os primeiros aportes de capital dos acionistas para fazer frente às despesas operacionais com as obras de implantação dos parques eólicos e algumas despesas administrativas iniciais.

1. As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras intermediárias como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Em 5 de dezembro 2014, depois de passar todo o ano lidando com diversos pedidos de falência, a WPE, empresa responsável pelo fornecimento e O&M dos aerogeradores, apresentou perante a 4ª Vara Civil da Comarca de Cabo de Santo Agostinho um pedido de Recuperação Judicial.

Logo após o protocolo do pedido de Recuperação Judicial, a WPE demitiu mais de 400 funcionários da sua fábrica de aerogeradores em Recife e interrompeu completamente suas operações, inclusive a prestação de serviços de O&M.

Em 20 de dezembro de 2014, as Eólicas foram atingidas por fortes rajadas de ventos, provocadas por um evento climático raro chamado microexplosão, que derrubaram oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.

Em face do acidente e do abandono, pela WPE, das atividades de O&M, as Eólicas contrataram empresas independentes para elaboração de um diagnóstico sobre as condições de operação dos aerogeradores, tendo sido surpreendidas com a conclusão de que não seria possível que um terceiro retomasse, imediatamente, a operação das Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, e garantisse a produção de energia.

Assim, conforme previsto nos contratos de venda de energia, as empresas protocolaram na ANEEL e nos seus clientes pedidos de suspensão dos contratos, devido ao abandono do O&M das Centrais Geradoras Eólicas pela WPE e ao acidente ocorrido, o que se caracteriza como caso fortuito ou força maior. A ANEEL se manifestou através do despacho nº 967, de 19 de abril de 2016. Atualmente, o processo ajuizado pela Companhia está em trâmite, aguardando julgamento.

As atividades de implantação da Central Geradora Eólica Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., encerraram-se em julho de 2015. Dessa forma, em 30 de junho de 2018, a central eólica encontra-se em operação comercial normal, sem qualquer intercorrência.

Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta prejuízo individual e consolidado no período de R\$1.136, prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$453.042 (R\$451.174 em 31 de dezembro de 2017), capital circulante líquido negativo na controladora de R\$378 (R\$492 em 31 de dezembro de 2017) e consolidado no valor de R\$4.415 (R\$7.403 em 31 de dezembro de 2017). Essa situação é reflexo de eventos passados, não recorrentes.

A Administração entende que as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia e sua controlada Eólica Ibirapuitã, revertendo a situação apresentada até o 1º trimestre de 2017. Dentre as medidas, em 24 de março de 2017 a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit - MCS D - ("CCEE A0" abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica de todos os contratos firmados no ACR das SPes de Livramento Holding e com posterior recontração no Mercado Livre somente da Eólica Ibirapuitã S. A.. Em 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCS D em que as SPes de Livramento Holding foram contempladas com a descontração de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Adicionalmente, em maio de 2017 a Companhia aderiu ao MCS D A4+, objetivando a rescisão de 100% dos montantes de energia elétrica dos contratos firmados no ACR. Novamente a Livramento foi contemplada com a descontração total e a consequente rescisão de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Parte

da energia descontratada de forma permanente foi vendida em leilão privado de longo prazo realizado pela Livramento, com fornecimento de energia pelo período de janeiro de 2018 a dezembro de 2031 através da SPE operacional Eólica Ibirapuitã.

O objetivo da controlada Eólica Ibirapuitã ao participar do mecanismo foi a possibilidade de reduzir de maneira significativa o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física do parque eólico Ibirapuitã. Além disso, a SPE operacional negociou a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no ACR. Ainda de acordo com a energia gerada pelo Parque Ibirapuitã, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês, o que vem acontecendo desde abril de 2017. No curto prazo, o primeiro semestre de 2018 apresentou desembolsos extraordinários relativos a liquidação final da obrigação com o fornecedor de aerogeradores WEG (nota 12), os quais não serão recorrentes, e Administração tem expectativa que o fluxo de caixa dos próximos períodos será positivo de acordo com as suas projeções internas.

Com relação as SPEs com atividades suspensas (ver Nota Explicativa nº 22), a Companhia aguarda decisão judicial sobre o excludente de responsabilidade para decidir sobre o destino dos parques. Adicionalmente, a Administração entende que os direitos de exploração (autorização) podem ser comercializados e busca investidores no mercado para uma potencial venda dos ativos. Assim sendo, o Grupo está apresentando essas operações como descontinuadas (Vide Nota Explicativa nº 23).

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou as controladas da Companhia a estabelecerem-se como PIEE, mediante a implantação e a exploração da Centrais Geradoras Eólicas, conforme portarias demonstradas a seguir:

Controlada	Portaria	Data da Publicação	Capacidade Instalada	Prazo de Duração
Eólica Cerro Chato IV S.A.	139	16/03/2012	10.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato V S.A.	141	16/03/2012	12.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato VI S.A. (*)	81	24/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	103	06/03/2012	8.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as do CPC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva em 13 de setembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4 Principais políticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As mudanças nas políticas contábeis também devem ser refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes (vide “a”) e o CPC 48 Instrumentos Financeiros (vide “b”) a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas.

Toda energia produzida pela Companhia é vendida de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia e suas controladas entendem que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que não impactou o reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

b. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável

- **Classificação - Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	836
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultados	3.483
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.809
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	18
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultados	3.028
Total de ativos financeiros			9.174
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	42.059
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	7.233
Total de passivos financeiros			49.292

- Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais
 O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Contas-correntes bancárias	28	9	394	836
Aplicação financeira - Referenciado DI	344	465	344	464
Outras aplicações financeiras	-	-	1.429	3.019
	372	474	2.167	4.319

As aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia. São prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valores.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Venda de energia	263	-
Provisão de venda de energia	1.110	1.809
	1.373	1.809

Em 30 junho de 2018, o saldo de provisão de energia representa a venda do mês de junho, cujas faturas serão emitidas no mês subsequente.

7 Fundos vinculados

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Aplicação Bradesco Referenciado DI - Serviço da dívida	2.554	2.490
Aplicação Bradesco Referenciado DI - O&M	553	538
	3.107	3.028

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. Além disto, 100% da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira (Nota Explicativa nº 11). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

8 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 30 de junho de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 264 (R\$ 182 em 30 de junho de 2017), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

b. Operações financeiras com partes relacionadas

A Companhia possui outras operações financeiras com suas subsidiárias, como segue:

Ativo	Natureza	Controladora		Consolidado	
		30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Parte relacionada					
Chuí Holding S.A.	Despesas a reembolsar	19	-	19	-
Eólica Cerro Chato IV S.A.	Despesas a reembolsar	23	-	-	-
Eólica Cerro Chato V S.A.	Despesas a reembolsar	54	24	-	-
Eólica Cerro Chato VI S.A.	Despesas a reembolsar	37	-	-	-
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Despesas a reembolsar	15	-	-	-
Eólica Ibirapuitã S.A.	Despesas a reembolsar	81	296	-	-
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Despesas a reembolsar	117	-	117	-
Total de despesas a reembolsar		346	320	136	-
Total do ativo circulante		191	-	15	-
Total do ativo não circulante		155	320	121	-

Passivo	Natureza	Controladora		Consolidado	
		30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Parte relacionada					
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Despesas a reembolsar	592	643	592	643
Eólica Ibirapuitã	Despesas a reembolsar	100	-	-	-
Eólica Chui I	Mutuos entre empresas	-	-	666	-
Eólica Chui II	Mutuos entre empresas	-	-	666	-
Eólica Chui IV	Mutuos entre empresas	-	-	667	-
Eólica Chui V	Mutuos entre empresas	-	-	667	-
Eólica Chui VI	Mutuos entre empresas	-	-	667	-
Eólica Chui VII	Mutuos entre empresas	-	-	667	-
Chuí Holding S.A.	Despesas a reembolsar	1	1	1	1
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	O&M	-	-	1.251	-
Total de despesas a reembolsar		693	644	5.844	644
Total passivo circulante		693	644	1.844	644
Total passivo não circulante		-	-	4.000	-
Total O&M		-	-	1.251	-
Total Despesas a Reembolsar		693	644	593	644
Total Mutuos entre empresas		-	-	4.000	-
		-	-	-	-

As operações de mútuos entre empresas serão quitadas até o encerramento do exercício e não tem incidência de encargos financeiros.

9 Participação em empresas controladas

Em 8 de agosto de 2012, através da transferência por alienação dos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento de Participações e ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, a Companhia tornou-se titular da totalidade das ações de emissão das controladas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A. e Eólica Ibirapuitã S.A.

a. Informações financeiras das controladas

	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro do Trindade	Ibirapuitã
30.06.2018					
Participação (%)	100	100	100	100	100
Ativo total	7.947	9.397	17.432	6.488	114.753
Passivo e patrimônio líquido	7.997	9.462	17.547	6.518	116.295
Resultado do período	(50)	(65)	(115)	(30)	(1.542)

b. Movimentação das participações em empresas controladas

	Saldos em	Equivalência	Saldos em
	31.12.2017	Patrimonial	30.06.2018
Ibirapuitã	<u>60.246</u>	<u>(1.542)</u>	<u>58.704</u>
Total - Continuadas	<u>60.246</u>	<u>(1.542)</u>	<u>58.704</u>
Eólica Cerro Chato IV S.A.	(14.618)	(50)	(14.668)
Eólica Cerro Chato V S.A.	(13.387)	(65)	(13.452)
Eólica Cerro Chato VI S.A.	(33.348)	(116)	(33.464)
Eólica Cerro dos Trindade S.	<u>(8.967)</u>	<u>(30)</u>	<u>(8.997)</u>
Total - Descontinuadas	<u>(70.321)</u>	<u>(261)</u>	<u>(70.581)</u>
Total	<u>(10.075)</u>	<u>(1.803)</u>	<u>(11.877)</u>

c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

	31.12.2017	30.06.2018
Eólica Cerro Chato IV S.A.	8.457	8.457
Eólica Cerro Chato V S.A.	10.279	10.279
Eólica Cerro Chato VI S.A.	20.847	20.847
Eólica Cerro dos Trindade S.	7.106	7.106
Eólica Ibirapuitã S.A.	<u>4.660</u>	<u>4.660</u>
	<u>51.349</u>	<u>51.349</u>

Não houve movimentação referente a AFAC no período.

10 Imobilizado

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Em serviço		
Geração		
Edifícios, obras civis e benfeitorias	25.840	25.839
Máquinas e equipamentos	153.179	153.179
Intangível	475	476
(-) Depreciação acumulada - Edificações	(2.843)	(2.704)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	(19.825)	(16.937)
(-) Amortização acumulada - Intangíveis	-	-
Sistema de transmissão e conexão		
Edif., obras civis e benfeitorias	-	-
Máquinas e equipamentos	15.282	15.282
Intangíveis	227	226
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	(1.525)	(1.316)
Administração		
Máquinas e equipamentos	130	130
Móveis e utensílios	26	26
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	(106)	(95)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e utensílios	(11)	(8)
(-) <i>Impairment</i> (c)	(28.632)	(28.631)
Em curso		
Geração		
A ratear (b)	61	61
Edif., obras civis e benfeitorias	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-
Material em depósito	6.226	5.672
Adiantamento a fornecedores (a)	101.237	101.237
Estudos e projetos	21	21
Sistema de transmissão e conexão		
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-
Administração		
Móveis e utensílios	-	-
(-) Provisão para perda (a)	(101.237)	(101.237)
	<u>148.525</u>	<u>151.221</u>

a. Adiantamentos a fornecedores

O montante de R\$ 101.237 refere-se ao total dos valores adiantados pela Companhia ao fornecedor Wind Power. Devido ao não cumprimento das obrigações pelo contratado, este valor encontra-se integralmente provisionado.

Contextualizando o motivo da provisão, em 05 de dezembro de 2014 a Wind Poder apresentou pedido de Recuperação Judicial. Em 12 de fevereiro de 2015 foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato

V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A. e a Eólica Ibirapuitã S.A.; em conjunto com a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com um crédito de R\$ 157.848. As empresas apresentaram Divergência de Crédito solicitando a sua alteração para R\$ 307.437. Em 11 de maio de 2015 o Administrador Judicial apresentou a 2ª Lista de Credores, com seu parecer acerca da Divergência, acolhendo-a parcialmente, aceitando o aumento do crédito até o limite do valor anteriormente executado pelas empresas em face da Wind Power, no montante de R\$ 239.974, sendo R\$ 164.202 devidos à Eólica Cerro Chato IV S.A.; à Eólica Cerro Chato V S.A.; à Eólica Cerro Chato VI S.A.; à Eólica Cerro dos Trindade S.A. e à Eólica Ibirapuitã S.A.. Em 19/03/2018 ocorreu a Assembleia Geral de Credores, na qual o Plano de Recuperação Judicial da Wind Power foi aprovado por todas as classes de credores. No momento, aguarda-se a homologação judicial do referido Plano. Uma das alternativas para o pagamento dos credores é a venda de determinados ativos pela Wind Power, que deverá ocorrer no prazo de até 24 meses após a homologação do Plano.

b. A ratear

O saldo registrado no imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos parques eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

c. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2017, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do *impairment*. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2).

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O *impairment* está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

As reversões de *impairment* em 2017 decorreram principalmente dos efeitos positivos do processo de descontração de energia através mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com a oferta de descontração total dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, de abril a dezembro de 2017 (CCEE A “0”) e 2018 até o final dos contratos (CCEE A “4+”). Assim, além de cessar a necessidade de provisão para energia reduzida e a aquisição de energia, a descontração elevou o montante das receitas futuras.

Não ocorreram alterações significativas nas premissas em 2018, e, portanto, não há necessidade de alterações no *impairment*.

Principais premissas adotadas

	2017
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	7,52% pós-tax De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
Preço da receita	
PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPes são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	92% da garantia física

Segue a movimentação do imobilizado consolidado em 30 de junho de 2018:

	Saldos em 31.12.2017	Aquisições	Depreciação	Saldos em 30.06.2018
Em serviço				
Geração				
Edifícios, obras civis e benfeitorias	23.135	-	(138)	22.997
Máquinas e equipamentos	136.242	-	(2.888)	133.354
Intangível	476	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão				
Edif., obras civis e benfeitorias	-	-	-	-
Intangível	226	-	-	226
Máquinas e equipamentos	13.966	-	(210)	13.756
Administração				
Máquinas e equipamentos	35	-	(10)	25
Móveis e utensílios	18	-	(4)	14
(-) <i>Impairment</i> (c)	(28.631)	-	-	(28.631)
Em curso				
Geração				
A ratear (b)	61	-	-	61
Edif., obras civis e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Material em depósito	5.672	554	-	6.226
Adiantamento a fornecedores (a)	101.237	-	-	101.237
Estudos e projetos	21	-	-	21
Administração				
(-) Provisão para perda (a)	(101.237)	-	-	(101.237)
	<u>151.221</u>	<u>554</u>	<u>(3.250)</u>	<u>148.525</u>

	Saldos em 31.12.2016	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Impairment	Saldos em 31.12.2017
Em serviço							
Geração							
Edifícios, obras civis e benfeitorias	23.947	-	-	-	(812)	-	23.135
Máquinas e equipamentos	141.839	1.996	(536)	-	(7.057)	-	136.242
Intangível	476	-	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão							
Intangível	226	-	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	14.468	-	-	-	(502)	-	13.966
Administração							
Máquinas e equipamentos	58	-	-	(6)	(17)	-	35
Móveis e utensílios	19	3	-	-	(4)	-	18
(-) Impairment (c)	(33.119)	-	-	-	-	4.488	(28.631)
Em curso							
Geração							
A ratear (b)	55	-	-	6	-	-	61
Material em depósito	5.642	30	-	-	-	-	5.672
Adiantamento a fornecedores (a)	101.237	-	-	-	-	-	101.237
Estudos e projetos	21	-	-	-	-	-	21
Administração							
Móveis e utensílios	3	(3)	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perda (a)	(101.237)	-	-	-	-	-	(101.237)
	<u>153.635</u>	<u>2.026</u>	<u>(536)</u>	<u>-</u>	<u>(8.392)</u>	<u>4.488</u>	<u>151.221</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

11 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

A composição dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
BNDES - Principal	40.178	42.264
BNDES - Encargos	677	148
(-) Custo de captação do empréstimo	(339)	(353)
	40.516	42.059
Circulante	4.041	3.904
Não circulante	36.475	38.155
	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Circulante		
Saldo no início do período	3.904	3.522
Transferência para o passivo circulante	1.682	3.687
Encargos	1.903	3.597
Amortização do custo de captação do empréstimo	(7)	(28)
Amortizações (principal e encargos)	(3.441)	(6.874)
Saldo no final do período	4.041	3.904
Não circulante		
Saldo no início do período	38.155	41.413
Encargos	-	429
Transferência para o passivo circulante	(1.682)	(3.687)
(-) Custo de captação do empréstimo	2	-
Saldo no final do período	36.475	38.155
	40.516	42.059

Em 23 de novembro de 2012, o BNDES aprovou uma linha de financiamento no montante de R\$ 187.638 em benefício da Companhia, destinada à implantação dos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades e Eólica Ibirapuitã. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia captado o montante total de R\$ 151.236 (R\$ 149.783 líquidos dos custos de captação). Em dezembro de 2016, os financiamentos nos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades foram liquidados através de aporte de capital dos acionistas.

Em 29 de dezembro de 2017 foi assinado um aditivo ao contrato de financiamento com o BNDES. Com a eficácia do instrumento ocorrida, em março de 2018, no mês seguinte a dívida trocou sua taxa de atualização de TJLP + 2,18% a.a. para TJLP + 3,27% a.a. (o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. continuará sendo capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos). Além disto, houve a troca dos recebíveis dados em garantia oriundos do ACR para os negociados no ACL.

Ainda sobre as garantias, além dos recebíveis, são oferecidos os seguintes instrumentos: alienação fiduciária de bens e equipamentos, totalidade das ações representativas do capital social das controladas e valores caucionados em contas reservas. O *covenant* do financiamento exigido após o início do prazo de amortização corresponde à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida” $\geq 1,3$ exigido anualmente ao final do exercício, o qual foi cumprido em 31 de dezembro de 2017.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Materiais e serviços a pagar	85	131	1.023	1.060
Weg Equipamentos Elétricos S.A. (a)	-	-	-	6.044
Compra de Energia	-	-	153	-
TUST a pagar	20	-	129	129
Total Circulante	105	131	1.305	7.233

a) A Companhia firmou termo aditivo com WEG a fim de determinar o valor e prazo de pagamento do saldo remanescente referente ao contrato do fornecimento, montagem e comissionamento dos aerogeradores. O saldo apresentado, em 31/12/2017, todo no circulante devia-se as parcelas mensais e finais e a última liquidada em 30 de abril de 2018.

13 Ações preferenciais resgatáveis

Corresponde a R\$109.000 (mesmo valor em 2017) de ações preferenciais, resgatáveis a critério dos acionistas da Companhia, emitidas de acordo com ata de Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 25 de junho de 2013, 4 de dezembro de 2013, 17 de fevereiro de 2014 e 26 de maio de 2014. Além dos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, as referidas ações conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Adicionalmente, salienta-se que o pagamento da remuneração dessas ações se dará pela distribuição de dividendos, a partir do momento em que a Companhia gerar lucros. Não existe nenhuma outra forma de remuneração das referidas ações. A apresentação desse instrumento está de acordo com o CPC 39, que descreve que ações preferenciais que possuem as características anteriormente descritas devem ser apresentadas como passivo financeiro.

Tais ações não possuem prazo de vencimento, ou seja, podem ser resgatadas a qualquer momento pelos seus portadores. Por outro lado, os instrumentos de financiamento em vigor não permitem a redução de capital sem a anuência dos credores. Além disto, esta anuência só poderá ser concedida no momento em que a Companhia cumprir determinadas obrigações contratuais. Atualmente a Administração da Companhia entende que somente cumprirá a totalidade destas obrigações a partir de julho de 2019. Assim sendo, estas ações preferenciais resgatáveis estão classificadas no passivo de longo prazo.

14 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o período foi inferior aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado ACR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica. Em função do fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que esta possuía com os CCEARs a ser liquidada nos exercícios subsequentes. Os desvios negativos de geração serão ressarcidos em negociações bilaterais com as distribuidoras detentoras destes direitos. Vale ressaltar que, conforme mencionado na nota explicativa 1, os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pela Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

	30.06.2018	31.12.2017
Faturamento sazonal	7.177	3.209
Geração de energia	<u>(7.177)</u>	<u>(2.090)</u>
Ressarcimento líquido (a)	-	1.119
(+) Variação do PLD (b)	<u>-</u>	<u>540</u>
Ressarcimento bruto (a + b)	-	1.659
Circulante	30.06.2018	31.12.2017
Saldo no início do período	894	53.011
Geração reduzida (abaixo de 10%)	-	894
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (c)	<u>-</u>	<u>(53.011)</u>
Saldo no final do período	<u>894</u>	<u>894</u>
Não circulante		
Saldo no início do período	67.546	24.046
Geração reduzida (acima de 10%)	-	765
Transferência para o longo prazo - SPE' s sinistradas	-	53.011
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (c)	-	1.101
Atualização IPCA sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas	-	253
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (c)	<u>-</u>	<u>(11.631)</u>
Saldo no final do período	<u>67.546</u>	<u>67.546</u>

- (a) Diferença entre o contrato e a geração, com o mesmo preço. Registrado no resultado como redutora da receita
(b) Diferença apontada no item (a) calculada pelo maior preço entre o RFU (Receita Fixa Unitária) e o PLD.
(c) Ajuste do ressarcimento conforme PLD quadrienal atualizado.

15 Provisões passivas

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Meio ambiente	12	12
Gerenciamento	<u>445</u>	<u>445</u>
	<u>457</u>	<u>457</u>

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

	2018			2017		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	306.607.063	79,96%	306.607	306.607.063	79,96%	286.126
Fundação Eletrosul - ELOS	13.195.911	3,44%	13.196	13.195.911	3,44%	13.196
Brasil Energia Renovável - FIP	63.649.558	16,60%	63.650	63.649.558	16,60%	84.131
	<u>383.452.532</u>	<u>100%</u>	<u>383.453</u>	<u>383.452.532</u>	<u>100%</u>	<u>383.453</u>

Em 30 de junho de 2018, o capital social é composto de 383.452.531 (383.452.531 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias que não possuem valor nominal e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no País.

Além das ações ordinárias, a Companhia possui 109.000.000 de ações preferenciais emitidas, subscritas e integralizadas, conforme Nota Explicativa nº 13.

Segue quadro com as informações consolidadas:

	Consolidado e Controladora					
	PL	%	Ações resgatáveis	%	Total	%
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	306.607	79,96%	61.910	56,80%	368.517	74,83%
Brasil Energia Renovável - FIP	63.650	16,60%	44.690	41,00%	108.340	22,00%
Fundação Eletrosul - ELOS	<u>13.196</u>	<u>3,44%</u>	<u>2.400</u>	<u>2,20%</u>	<u>15.596</u>	<u>3,17%</u>
	<u>383.453</u>	<u>100,00%</u>	<u>109.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>492.453</u>	<u>100,00%</u>

Conforme Estatuto Social, o Capital autorizado da Companhia é de R\$ 492.453 e o Conselho de Administração está autorizado a deliberar pelo aumento do Capital Social da Companhia até esse limite, mediante a correspondente emissão de ações.

b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

17 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	01.01.2018 á 30.06.2018	01.01.2017 á 30.06.2017
Receita operacional bruta		
Receita de venda de energia - Contrato CCEAR	-	3.211
Receita de venda de energia - Lastro de potência	328	416
Receita de venda de energia	7.177	5.736
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	(115)	67
Penalidade WEG	56	-
(-) Ressarcimento por geração reduzida (Nota 14)	-	(1.119)
	6.738	7.352
Deduções da receita bruta		
PIS	(120)	(165)
COFINS	(551)	(761)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(38)	(33)
	6.738	7.352

18 Custos de operação

	Consolidado	
	30.06.2018	30.06.2017
Depreciação	(3.235)	(3.247)
Encargos de uso da rede elétrica	(596)	(571)
Energia elétrica comprada para revenda	-	(257)
Ressarc. por geração reduzida - CCEAR (Nota 14)	-	(540)
Penalidades contratuais - Weg	-	(10)
Pessoal e administradores	(265)	(274)
Serviços de terceiros	(1.705)	(506)
Arrendamentos e aluguéis	(75)	-
Seguros	(1)	(102)
Varição PLD (Nota 14.c)	-	(1.101)
Outros	165	(114)
	(5.712)	(6.722)

19 Serviços de terceiros - Despesas operacionais

	Consolidado	
	30.06.2018	30.06.2018
Serviços administrativos, contábeis e financeiros	(190)	(157)
Serviços de custódia	-	(2)
Despesas de viagem	(0)	(6)
Serviços advocatícios	(34)	(282)
Serviços de auditoria	-	(15)
Telefonia e Internet	-	(13)
Publicações Legais	(6)	(6)
Despesas com cartório	(8)	(6)
Convênio de entidades	-	(11)
Passagens	(10)	(3)
Serviço de consultoria	(87)	-
Serviço de assessoria	(76)	-
Outros	(15)	(16)
	<u>(428)</u>	<u>(517)</u>

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Receita com multa de juros	-	-	-	26
Rendimentos de aplicação financeira	12	4	121	140
Outras receitas financeiras	(1)	-	(6)	-
Receitas financeiras	<u>11</u>	<u>4</u>	<u>115</u>	<u>166</u>
Multa e Juros Contratual	-	-	(729)	(815)
Encargos s/ financiamentos	-	-	(1.917)	(2.028)
Despesas com financiamento	-	(41)	-	(169)
(-) Estorno de multa e juros contratual	-	-	-	1.934
Despesas bancárias	(18)	-	(48)	(13)
Juros e multas de mora	-	-	(303)	-
IOF	-	-	(1)	-
Outros	(2)	-	(2)	-
Despesas financeiras	<u>(20)</u>	<u>(41)</u>	<u>(3.000)</u>	<u>(1.091)</u>
Resultado líquido	<u>(9)</u>	<u>(37)</u>	<u>(2.885)</u>	<u>(925)</u>

21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	30.06.2018		31.12.2017	
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros				
Contas correntes bancárias	-	28	-	9
Aplicações financeiras	344	-	465	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	105	-	131
Outras contas a pagar	-	100	-	99
	Consolidado			
	30.06.2018		31.12.2017	
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros				
Contas correntes bancárias	-	394	-	836
Aplicações financeiras	1.773	-	3.483	-
Fundos vinculados	3.107	-	3.028	-
Contas a receber de clientes	-	1.373	-	1.809
Outras contas a receber	-	116	-	61
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	40.516	-	42.059
Fornecedores	-	1.305	-	7.233
Outras contas a pagar	-	329	-	324

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos, constantes nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2018, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas e representam seu valor justo, como segue:

- **Outras contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como valor justo, devido à proximidade dos valores.

- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Essa definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos desses financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

(iii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 30 de junho de 2018 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 30 de junho de 2018. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Índices	Taxa 30.06.2018	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%		
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%		
	Saldo em 30.06.2018	Exposição	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	40.516	TJLP	43.859	44.527	
Índices	Taxa 2017	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%		
CDI	6,39%	5,17%	3,45%		
	Saldo em 30.06.2018	Exposição	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Passivo					
Fundos Vinculados	3.107	CDI	3.268	3.214	
	3.107		3.268	3.214	

(iv) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota Explicativa nº 11.

(v) *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

22 Contingências

Em 30 de junho de 2018, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, em esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco remoto de materialização.

a. Excludente de responsabilidade

Em 24 de fevereiro de 2016, as Eólicas Cerro Chato IV, V, VI e Cerro dos Trindade, fundamentadas na ocorrência de caso fortuito e força maior, entraram com ação judicial para pleitear na justiça o reconhecimento de excludente de responsabilidade e onerosidade excessiva das obrigações contraídas pelas Autoras nos CCEARs, CUST e CCTs, buscando, assim, a rescisão desses contratos, sem aplicação de penalidade ou sanção alguma, e com manutenção das suas outorgas.

Na mesma ação, as Eólicas pediram antecipação de tutela objetivando provimento judicial para determinar que: (i) fossem suspensas todas as obrigações das Autoras no âmbito dos CCEAR; (ii) fossem suspensos os efeitos referentes à contabilização da energia não produzida pelas Autoras desde 20 de dezembro de 2014; (iii) a ANEEL e a CCEE se abstivessem de aplicar qualquer penalidade às Autoras em decorrência da apuração de eventuais débitos no mercado de curto prazo da CCEE ou da necessidade de contratação de lastro para suprimento da energia comercializada pelas Autoras nos CCEAR; (iv) fossem suspensas as obrigações contraídas pelas Autoras nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) n°s 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013, todos celebrados entre as Autoras e o ONS, em especial no que se refere à obrigação de pagamento do montante de uso acordado em citados contratos; (v) com o reconhecimento da suspensão dos CUSTs/CCT, seja determinado de imediato ao ONS que se abstenha de executar as garantias de pagamento fornecidas no âmbito dos CUSTs n°s 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013; (vi) fossem suspensos os procedimentos de desligamento das Autoras da CCEE.

Devido à premência dos prejuízos noticiados que poderiam advir do desligamento do Sistema de energia elétrica, o Juiz designado para o caso deferiu a tutela preventiva, até que o feito possa ser melhor analisado, suspendendo cautelarmente qualquer penalidade às Autoras, inclusive o processo de desligamento no Sistema Integrado Nacional, até ulterior deliberação do Juízo, e após a manifestação dos Réus.

b. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluíram mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada a característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Este ressarcimento que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, é utilizado para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN n° 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2018.

23 Operações descontinuadas

Em dezembro de 2015, o Grupo baixou do imobilizado os ativos de geração ligados aos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, descontinuando a operação destes após a ANEEL, por meio do Despacho n° 3.373 de 2 de outubro de 2015, suspender temporariamente a operação comercial desses empreendimentos.

Nesse contexto, para fins de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, o Grupo apresentou seus registros financeiros e contábeis considerando um cenário no qual manterá o parque eólico Ibirapuitã como operacional e descontinuará a operação dos demais. Conforme o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas.

a. Resultado líquido de operações descontinuadas

	Consolidado	
	30.06.2018	30.06.2017
Receita operacional líquida	(4)	(7)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(157)	(166)
Encargos do uso da rede elétrica	-	-
Arrendamentos	(60)	-
Depreciação	-	(744)
Energia comprada para revenda	-	-
(-) Variação do saldo de provisão acumulado	-	11.631
(-) Estorno multa s/ lastro regulatório	-	9.239
Seguro	-	(2)
Outros	(6)	(116)
Resultado bruto	(227)	19.835
Despesas operacionais e financeiras		
Serviços de terceiros	(8)	-
Material	(1)	(4)
Outras receitas/despesas operacionais	-	(3)
Despesas financeiras	(25)	(64)
Receita financeira	-	-
	(34)	(71)
	(261)	19.764